

UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS HIPOTÁTICAS ADVERBIAIS EM PROVÉRBIOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira (UFMG)

Introdução

A linguagem desempenha papel central na vida humana, mediante nossas interações, servindo como meio de expressão do pensamento. O estudo da linguagem verbal, articulada, tem uma longa história. Essa capacidade exclusivamente humana de comunicação sempre despertou a atenção e a curiosidade dos homens nas mais diferentes épocas e culturas.

Nessa perspectiva, já há algum tempo, estudiosos da linguagem tem se voltado para a análise dos termos *coordenação* e *subordinação*. Contudo, alguns priorizam o estudo da linguagem sob a perspectiva da forma, relegando a análise da função a um plano secundário, concebendo a língua num sistema abstrato, um objeto autônomo, excluindo o homem da linguagem.

Nesse ponto, encontram-se presentes, em Gramáticas Tradicionais e em obras de linguística, estudos que focalizam a *coordenação* e a *subordinação* por meio de um ponto de vista sintático, que se caracteriza pela ideia de *dependência* ou *independência*, permanecendo no âmbito frástico, justificando que novos encaminhamentos precisam ser realizados no tratamento sobre as orações.

Pretendemos investigar a articulação de cláusulas¹ hipotáticas adverbiais em provérbios através de uma abordagem funcional-discursiva, já que as orações adverbiais, muitas vezes, são inseridas em um paradigma fechado, em que suas classificações são determinadas em razão da conjunção que as encabeçam. Nesse sentido, é preciso que estudemos as orações hipotáticas adverbiais levando em conta a articulação de cláusulas, a fim de não restringirmos nossos estudos ao nível sentencial, pois as cláusulas não se limitam a uma função gramatical, há também uma função discursiva.

1 Uma breve retomada dos estudos da GT sobre as orações

Ao estudarmos a Gramática Tradicional, percebemos que os termos *coordenação* e *subordinação* se restringem à *independência* e *dependência*, respectivamente, o que tem se mostrado insuficiente para abarcar as orações no nível discursivo.

Analisando Rocha Lima (1969), Bechara (1976) e Cunha e Cintra (1985), notamos que Rocha Lima (1969) introduz quatro estruturas típicas no que concerne às orações: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. Bechara (1976) também realiza a mesma divisão. Já Cunha e Cintra (1985) apenas postula três: coordenação, subordinação e justaposição. É interessante mencionar que esses gramáticos, de modo geral, priorizam os aspectos sintáticos em detrimento dos semânticos para definir as orações, em especial, as coordenadas e as subordinadas. Além disso, apontam conceitos como *dependência* e *independência* para distinguir coordenação de subordinação. As coordenadas são colocadas como independentes sintaticamente, e as subordinadas, dependentes sintaticamente.

Bechara (1976, p.218) declara que: “A maioria dos tratadistas tem colocado em pontos opostos coordenação e subordinação, mas um exame detido nos patenteia que a oposição que se deve estabelecer não é entre coordenadas e subordinadas, mas entre orações independentes e dependentes”. Nessa medida, pode-se dizer que Bechara (1976) procura, de certo modo, ultrapassar a superficial distinção entre coordenadas e subordinadas, mas acaba por deixar prevalecer os aspectos sintáticos, não priorizando, assim, o sentido, nem o contexto.

Quanto à correlação, Rocha Lima (1969, p.259) utiliza o termo *paradependência* afirmando que “neste processo sintático, de características absolutamente próprias, não há independência das orações componentes do período, como na coordenação; nem *subdependência*, como na subordinação”. Já para a justaposição, explica que esta seria um “meio termo entre coordenação e subordinação” (LIMA, 1969, p.262). Então, ele pretende explanar que tais orações seriam independentes quanto à forma, porém profundamente entrelaçadas quanto ao sentido. Observa-se que o gramático citado não utiliza somente os aspectos sintáticos para definir semelhante oração, partindo também dos semânticos. Apesar disso, para ele, o que conduzirá a classificação de uma oração justaposta é a ausência de conjunção. Rocha Lima (1969)

¹ Consideraremos cláusulas como orações, seguindo a definição de Decat (2001).

afirma que o principal meio de distinguir uma oração correlata de uma justaposta reside no fato de a primeira apresentar termos correlatos como: *não só ... mas também; tão ... quanto; tanto mais ... tanto mais; tanto mais ... tanto menos, etc*; já a segunda de não possuir qualquer auxílio de conjunção. Deve-se acrescentar também que ele prioriza aspectos formais para estabelecer a sua classificação, ou seja, o que diferenciará uma correlata de uma justaposta será a ausência ou presença de termos correlatos.

Cunha e Cintra (1985), como já se mencionou, não definem correlação. Quanto à justaposição, consideram-na equivalente à coordenada assindética; logo, será a ausência de conjunção que determinará a justaposição para eles. Mesmo se constatando algumas diferenças entre os gramáticos citados, conclui-se que os aspectos sintáticos se sobrepõem nas definições das orações descritas.

É interessante afirmar que Bechara (1976) já apresenta alguns pontos que conduzem a discussões relevantes sobre as orações. Um aspecto é a questão da divisão entre oração principal e subordinada, pois exemplifica que nem sempre a oração principal é aquela que detém o sentido mais relevante. Mesmo já suscitando uma questão tão significativa, afirma que prefere basear suas análises em aspectos sintáticos.

Quando retomamos alguns estudos gramaticais, percebemos que, ao definirem as orações, as GT's se pautam principalmente em critérios sintáticos. Todavia, consideramos que não devemos classificar as orações sem a elas associar os fatores semânticos e pragmáticos, pois a língua não é estática, mas dinâmica.

2 Visão Funcionalista

Ao estudarmos o funcionalismo, não podemos deixar de mencionar Martinet e a sua teoria da dupla articulação, pela qual ele definiu que em toda língua há dois níveis de combinação:

[...] aquele em que as unidades podem ser contrastadas de modo a fazer aparecer, simultaneamente, diferenças de forma e de sentido (esta é, para Martinet, a primeira articulação, que corresponde muito aproximadamente às palavras), e aquele em que se podem pôr à mostra diferenças que apenas servem para distinguir unidades (esta é a segunda articulação, cujas unidades são os fonemas) (MUSSALIM, 2004 p. 72).

Além das questões relativas à dupla articulação, Martinet teoriza que o sistema fonológico se estabelece por meio de uma economia interna. Isso permite pensar que “[...] o que evolui na língua não são elementos isolados, mas sim as estruturas, e, mais ainda, que é possível esperar ou predizer a evolução da estrutura analisando as propriedades que ela apresenta, quando descrita em termos rigorosamente sincrônicos” (MUSSALIM, 2004 p.73). Martinet contribuiu para o desenvolvimento da escola funcionalista, porque apesar de ainda preservar algumas características estruturalistas, introduziu teorias que apontaram um novo modo de *ver* a língua.

Notamos que a teoria funcionalista procura observar a competência comunicativa não simplesmente como um processo de codificação e decodificação de expressões, mas como a capacidade de o falante interpretar essas expressões em uma situação de uso.

Como o estruturalismo e o gerativismo, de modo geral, consideram que o estudo linguístico não deve levar em conta interferências extralinguísticas, sociolinguísticas ou pragmáticas, optaremos pela teoria funcionalista. Nessa perspectiva, no escopo da linguística, a abordagem funcionalista reúne alguns avanços teóricos em relação à gramática formal, pois não define a língua como um conjunto de orações, mas como instrumento de interação social.

2.1. As orações complexas em Halliday (2004)

De acordo com Halliday (2004), dois sistemas básicos determinam como uma oração está relacionada com outra: (i) o *grau de interdependência ou taxis*, (ii) a *relação lógico-semântica*.

Em relação ao grau de interdependência (i): hipotaxe/parataxe, todas as orações ligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes: uma unidade é interdependente de outra unidade. Duas orações relacionadas como interdependentes em um complexo podem ser tratadas com status igual ou desigual. O grau de interdependência é conhecido tecnicamente como *taxis*, e os dois níveis diferentes de interdependência como *parataxe* (status iguais) e *hipotaxe* (status desiguais).

A *hipotaxe* é a relação entre um elemento dependente e seu dominante. Contrastando com a *parataxe*, na qual os dois elementos possuem status iguais, um inicia e outro continua. As estruturas hipotáticas são representadas por letras gregas. Já as paratáticas, por notação numérica 1 2 3 ..,

como ilustra o quadro² a seguir:

	Primária	Secundária
Parataxe	1 (iniciando)	2 (continuando)
Hipotaxe	α (dominante)	β (dependente)

As orações que criam um nexos são primárias e secundárias: a primária é a oração inicial em um nexos paratático, e a oração dominante em um nexos hipotático. A secundária está na oração contínua em um nexos paratático e na oração dependente em um nexos hipotático.

No que se refere às relações lógico-semânticas (ii): *expansão e projeção*, todas as relações *lógico-semânticas* na linguagem são ou (a) paratáticas ou (b) hipotáticas. Uma oração complexa típica é uma mistura de sequências paratáticas e hipotáticas, cada uma delas podendo ser agrupadas dentro da outra. Contudo, é possível agrupar as relações lógico-semânticas em dois grupos gerais, baseando em dois tipos de relação: (1) *Expansão*: a oração secundária expande a oração primária por (a) elaboração, (b) extensão ou (c) realce; (2) *Projeção*: a oração secundária é projetada através da oração primária, que a coloca como (a) uma locução ou (b) uma ideia

Existem essencialmente três modos de se expandir uma oração: *elaboração, extensão e realce*. Como todos os outros sistemas, temos de pensar no sistema de *tipo de expansão* como definindo regiões em um contínuo espaço semântico. Os diferentes tipos de expansão sombreiam um ao outro em certos pontos; e a expansão pode se tornar muito próxima à projeção. Quando a oração secundária é abandonada (talvez por causa da sobreposição do orador), como pode ocorrer em conversações casuais, não podemos, obviamente, determinar qual tipo de expansão deve se destacar.

Assim, temos os modos de expansão:

(i)-Elaboração:

Na elaboração, uma oração elabora o sentido de outra através de uma especificação mais profunda ou de uma descrição. A elaboração pode ser tanto hipotática quanto paratática. As orações de elaborações hipotáticas diferem das paratáticas no sentido de que as primeiras têm uma gramática especial – a gramática das orações relativas: elas são introduzidas por um item relativo (quem, de quem..., qual; onde; quando).

A combinação de elaboração por parataxe produz três tipos de elaboração, os dois primeiros podem ser considerados como aposição entre orações: exposição, exemplificação e clarificação³. A combinação da elaboração por hipotaxe constitui a categoria de oração relativa indefinida (também chamada ‘não-restritiva’, ‘descritiva’). Essa função é como um tipo de descrição que explica a primeira oração.

(ii) – Extensão:

Na extensão, uma oração estende o significado de outra, adicionando algo. O que é acrescentado pode ser somente uma adição, uma reposição, ou uma alternativa. É tipicamente expressado por *e, nem, ou, mas*. Podemos reconhecer três subtipos principais de extensão paratática: adição, variação e alternância. A combinação de extensão com hipotaxe também abrange (a) adição, (b) variação e (c) alternância, mas com a oração extensora dependente. A oração dependente pode ser finita⁴ ou não-finita.

(iii)- Realce:

Na intensificação ou realce, uma oração intensifica (realça) o significado de outra, qualificando-a quanto ao tempo, modo, lugar, causa ou condição. Embora haja algumas diferenças no paradigma, o paralelo entre hipotaxe e parataxe é muito próximo quando as orações se articulam na intensificação (realce).

² Quadro baseado em Halliday (2004, p.376)

³ O nosso objetivo é apenas apresentar uma visão geral sobre as orações, segundo Halliday (2004), por isso não detalharemos em conceitos que envolvem, por exemplo, os subtipos de elaboração, tais como: exposição, exemplificação e clarificação.

⁴ Segundo Halliday (2004), as orações *finitas* são definidas por serem marcadas pelas formas verbais conjugadas com ou sem presença de operador conjuntivo, já as não finitas representam as formas nominais do português.

De acordo com Halliday, a combinação de realce por parataxe produz o que é também um tipo de ordenação, mas com uma característica circunstancial incorporada, em que se observa uma maior ocorrência de orações paratáticas de realce com valor de tempo e causa.

As orações hipotáticas de realce tradicionalmente são reconhecidas como as adverbiais. Como na parataxe, elas são de tempo, lugar, modo, causa e condição. Tipicamente, as cadeias hipotáticas de realce são limitadas a duas orações, com uma oração qualificando outra.

Na relação lógico-semântica de projeção, uma oração funciona como uma representação linguística. As projeções estão associadas somente a certos tipos de processos, essencialmente aos processos verbais e mentais. Assim, conforme Halliday (2004), há três sistemas envolvidos na diferenciação dos tipos de projeções:

- (i) – o nível de projeção (ideia x locução);
- (ii) – o modo de projeção (relato hipotático x citação paratática);
- (iii) – a função da fala (proposições projetadas x propostas projetadas)

No que se refere ao nível de projeção, (i) uma oração surge como representação do conteúdo linguístico de outra – tanto como conteúdo de uma oração verbal como mental. A projeção pode ser a representação de um conteúdo mental – o que é pensado – que é denominado *ideias*. Já a que representa o conteúdo de uma oração verbal denomina-se *locuções*.

No que corresponde ao modo de projeção, (ii) elas se combinam com o mesmo conjunto de interdependências como a expansão: as duas relações táticas de interdependência de parataxe e hipotaxe e de relação de constituição de encaixamento⁵. As projeções projetadas parataticamente são denominadas *citações* e as hipotaticamente, *relatos*.

Em relação à função da fala, (iii) podemos ter proposições (afirmações) projetadas assim como proposta (ordem, comandos, etc.) tanto por processos mentais - denominados projeção de ideias quanto por processos verbais - denominado locuções.

Uma importante contribuição dada por Halliday (2004), ao tratamento das orações, é a menção do sistema lógico-semântico nas suas análises. Assim, enquanto a Gramática Tradicional se prende muito a aspectos formais e aos conectivos que encabeçam as orações para classificá-las, Halliday propõe pensar não só nos aspectos formais, mas também nas relações semânticas. Desse modo, uma oração como *Entrei, fechei a porta* que para a Gramática Tradicional seria coordenada assindética, para ele, seria uma paratática de extensão. Ao introduzir o termo “extensão”, Halliday permite que não nos restrinjamos a aspectos do nível frástico, mas que remetamos também ao semântico. Entretanto, percebemos algumas lacunas no estudo das orações em Halliday (2004), particularmente, no que diz respeito a classificar uma oração como hipotática e paratática tendo como base aspectos como *dependência* e *independência*.

2.2 As proposições relacionais em Mann e Thompson (1983/1985)

Centralizaremos nosso trabalho em Mann e Thompson (1983 e 1985) por priorizarem o estudo da língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. Nesse sentido, para esses autores, “a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento de interação discursiva” (MARTELOTTA, 2003, p.23-24).

Assim, Mann e Thompson (1983 e 1985) contribuirão para a análise dos provérbios, cujo enfoque será as relações hipotáticas adverbiais, pois esses autores trabalham com as proposições relacionais.

Mann e Thompson (1983) e (1985) e Thompson & Mann (1987 *apud* DECAT, 2001, p.12), discutindo o fenômeno de articulação de cláusulas procuram verificar que tipo de texto funciona em termos de coerência e trabalham a noção de proposições implícitas, as quais auxiliarão para a análise das cláusulas hipotáticas adverbiais em provérbios. De modo geral, as relações inferidas não são ditadas por meio de um elo conjuntivo e, mesmo se houvesse a presença dele, não seria possível somente um processo inferencial, o que refuta aquela ideia de que se deve dar ênfase ao significado das conjunções. O modo como elas se combinam seria um reflexo da organização geral do discurso, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes no discurso como um todo.

Segundo Mann e Thompson (1983), as proposições relacionais podem ser definidas como uma combinação entre duas ou mais partes do texto, não sendo preciso que sejam adjacentes. Quando uma proposição relacional estabelece uma relação entre partes de um texto, os argumentos discursivos dela nem

⁵ As orações encaixadas não serão discutidas neste trabalho. Para um maior aprofundamento, ver Halliday (2004, p.426).

sempre correspondem a porções literais do texto, mas sim a entidades conceituais derivadas daquelas porções. Dizendo de outra forma, as proposições relacionais se definem como a *ideia* que emerge das cláusulas que se articulam no discurso.

Por que destacamos o estudo das proposições relacionais? Primeiramente, é possível citarmos que semelhante estudo permite que entendamos as orações e as classifiquemos não somente baseados em critérios formais, observando as conjunções que as constituem, mas, também, em critérios discursivos. Logo, o uso da conjunção *embora*, por exemplo, não nos levará a uma classificação imediata e automática de uma concessiva, já que outros aspectos como os semânticos e os pragmáticos também serão observados. Percebemos, portanto, que as proposições relacionais são estabelecidas independentemente de marcas específicas. Nesse sentido, Mann e Thompson (1983, p.13) afirmam que:

[...] é muito mais aceitável que uma caracterização funcional seja definitiva. Por exemplo, um conjunto de texto que expressa uma forma aceitável de encontrar o que é necessário ou resolver aquele problema deve ser suficiente para garantir que uma relação de ‘solução’ se manifeste⁶ (tradução nossa).

Outra questão importante nas proposições relacionais é a responsabilidade social. Desse modo, conforme menciona Mann e Thompson (1983, p.16), “se você disser ‘está chovendo’, e eu olhar para fora e vir que não está chovendo, eu posso voltar e dizer ‘Mas você disse que estava chovendo’⁷”.

O estudo das proposições relacionais pode também trazer uma contribuição pedagógica, já que, não se atendo somente à análise gramatical das orações, poderá apontar a importância de a escola valorizar a intuição revelada pelos falantes, a sua produtividade e criatividade na expressão oral.

3 Provérbios

Os provérbios modernos derivam da tradição clássica greco-romana, ampliada, reformulada e traduzidos pelos escritores e compiladores modernos. Ademais, podemos dizer que representam a expressão do conhecimento e da experiência popular traduzida em poucas palavras. Geralmente, apresentam-se de maneira rimada e ritmada. E uma característica que se destaca diz respeito à presença das metáforas. Além disso, transmitem conhecimentos universais o que os revestem de um caráter atemporal. Assim, as sentenças proverbiais estabelecem “um compromisso com a ordem do que foi, com o que é e com o porvir. Descreve, portanto, o traço da onitemporalidade ou da atemporalidade” (LACERDA, 2008, p.57).

Características como: a métrica, a rima e a cadência fônica auxiliam na memorização. Outros aspectos que contribuem para que os provérbios sejam de fácil memorização são: o uso de palavras conhecidas, a ocorrência de sentenças curtas e a alta circulação desses enunciados.

Muitas vezes, são vistos como estruturas cristalizadas, fixas e truncadas, entretanto, consideramos que não podem receber tais rótulos devido a alguns aspectos: são altamente produtivos e de grande circulação. Ademais, a maneira como são estruturados além de facilitar a memorização, permite a criação de novos provérbios. Por todos os motivos elucidados, acreditamos que não podemos defini-los como estruturas cristalizadas.

Como pretendemos pensar a língua em uma situação de uso, o estudo dos provérbios contribui para que, na análise das orações, levemos em conta não só os aspectos formais, mas também, os semântico-pragmáticos, já que os provérbios estão intimamente relacionados à cultura popular.

3.1 Breve análise dos provérbios em orações hipotáticas adverbiais

Percebemos que o critério formal impede que reconheçamos relações adverbiais, já que não há presença de conectivos que ligam as orações abaixo:

Caiu na rede é peixe⁸.

⁶ “[...] it is much more plausible that a functional characterization can be definitive. For example, a range of text which conveys a plausible way to meet that need or solve that problem, might be sufficient to guarantee that a ‘solutionhood’ relation would arise”.

⁷ “If you say ‘It’s raining’, and I look outside and see that it is not raining, I can come back and say, ‘But you said it was raining’”.

⁸ Todos os provérbios que serão citados nesta pesquisa estão disponíveis no site: < www.jangadabrasil.com.br/provérbios>. Acesso em 5ago.2008.

Uma análise tradicional possivelmente classificaria as orações acima como coordenadas assindéticas, já que não há nenhuma conjunção entre elas. No entanto, consideramos que semelhante classificação é extremamente redutora, pois, ao analisarmos as duas orações, percebemos claramente a ideia de condição.

Essa ideia pode ser aludida ao levarmos em conta que o fato de *cair na rede* é condição para ser peixe. Ao notarmos a ideia de condição, depreendemos que se trata de orações que expressam circunstâncias, logo temos orações hipotáticas adverbiais ou de realce. Além de remetermos a uma condição, conseguimos depreender também uma causa, já que o que leva a ser peixe é *cair na rede* (causa). Essas ideias que emergem das orações que se articulam são denominadas por Mann e Thompson (1983) de proposições relacionais. No exemplo acima, citamos duas: de condição e causa. Todavia, como as proposições relacionais podem ser definidas como relações implícitas depreendidas de uma dada situação discursiva, não há como determinar quantas proposições relacionais encontraremos nos enunciados.

Considerações finais

Percebemos, então, que a escolha do estudo dos provérbios, permite-nos não nos limitarmos a estaticidade da língua padrão, considerando-a como uma estrutura dinâmica, passível a variações. Nesse sentido, as orações constituem um fenômeno gramatical complexo que envolve diferentes aspectos morfosintáticos e semântico-pragmáticos e suas inter-relações, comprovando a maleabilidade da língua em consequência das vicissitudes do discurso.

Referências Bibliográficas:

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 19. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N; SARAIVA, M. E. F; BITTENCOURT, V. O; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da Gramática do Português: Uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, cap.3, p.103-166.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. 3.ed. London: Hodder Education, 2004.
- JANGADABRASIL. *Como vovó dizia a sabedoria popular dos provérbios*. Disponível em: <www.jangadabrasil.com.br/proverbios>. Acesso em: 5 ago.2008.
- LACERDA, P. B. G. (2008). *Sentenças Proverbiais: Um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Poslin (Inédita).
- LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa – Curso médio* 14. ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia Editores, 1969.
- MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. Relational proposition in discourse. *Information Sciences Institute*. California: University of Southern California, 28 p., 1983.
- MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. Assertions from discourse structure. *Information Sciences Institute*. California: University of Southern California, 14p., 1985.
- MARTELOTA, M; OLIVEIRA, M. R; CUNHA, M.A.F. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v.3. São Paulo: Cortez, 2004.